



A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DAS MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES: ESTUDO NA REGIÃO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL

GT-11: Género, feminismos y sus aportes a las ciencias sociales

Elaine Marisa Andriolli¹elainemarisa@hotmail.com – UFRGS - BRASIL
Michel Barboza Malheiros²michelmalheiros@hotmail.com– UFSM - BRASIL
Aline Anklan³alineanklam@gmail.com – UFSM - BRASIL
Alice do Carmo Jahn⁴jahnalice@gmail.com – UFSM - BRASIL
Antônio Joreci Flores⁵a1flores@terra.com.br – UFSM - BRASIL
Viviane Ottonelli Costa⁶vivottonelli@hotmail.com – NEDET NORC - BRASIL
Gabriela Manfio Pohia Lisboa Neris⁷gabimanfioo@gmail.com – UFSM - BRASIL
Jesson Marchesan⁸jmmarchesan@hotmail.com – NEDET NORC - BRASIL

Resumo

As mulheres rurais têm importante papel na agricultura familiar e camponesa. São responsáveis, em grande parte, pela produção destinada ao auto-consumo familiar e pelas práticas agrárias ecológicas e de reprodução de sementes crioulas, garantindo qualidade de vida na família e na sociedade. Neste sentido, esta reflexão objetiva descrever a criação do Comitê Territorial de Mulheres, que foi uma das ações do projeto de pesquisa/extensão, através da implantação do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial- NEDETs, vinculado a Universidade Federal de Santa Maria Campus Palmeira das Missões, sobre a organização política das mulheres pertencentes ao Território da Cidadania Noroeste Colonial, região norte do estado do Rio Grande do Sul- Brasil. Para este estudo o enfoque será para participação das mulheres agricultoras familiares. Como estratégia de pesquisa será utilizada o estudo de caso de um fenômeno social que envolve sua configuração, sua estrutura, suas atividades, suas mudanças no tempo e o relacionamento com outros fenômenos, caracterizando-o como de caráter qualitativo de cunho descritivo. Também foram analisados documentos, atas e registros da criação do Comitê e reuniões realizadas nos anos de 2015 e 2016, assim como a observação participante que no decorrer das reuniões do Comitê e Plenárias Territoriais no primeiro semestre de 2017. A centralidade está na organização política a partir da constituição do Comitê Territorial de Mulheres e na garantia de participação nas decisões do Colegiado Territorial e o reconhecimento de que os espaços de discussões nos Territórios são potentes canais para o fomento de processos ético-político-filosófico e emancipatório para a ampliação de redes de conversações em prol da superação das desigualdades de gênero, com vistas à produção de aportes para formação e mais participação das mulheres nos espaços de discussões visando a instrumentação política e a inclusão social das mulheres rurais.

Palavras-chave: Mulheres Rurais, Agricultura Familiar, Organização Social.



Abstract

Rural women play an important role in family and peasant agriculture. They are responsible, in large part, for the production destined to the family self-consumption and the ecological agrarian practices and reproduction of creole seeds, guaranteeing quality of life in the family and in the society. In this sense, this objective reflection describes the creation of the Women's Territorial Committee, which was one of the actions of the research / extension project, through the implementation of the Nucleus of Extension in Territorial Development - NEDETs, linked to the Federal University of Santa Maria Campus Palmeira Missions, on the political organization of women belonging to the Territory of Colonial Northwest Citizenship, northern region of the state of Rio Grande do Sul - Brazil. For this study the focus will be on the participation of women family farmers. As a research strategy will be used the case study of a social phenomenon that involves its configuration, its structure, its activities, its changes in time and the relationship with other phenomena, characterizing it as a qualitative character of descriptive character. Also analyzed were documents, minutes and records of the creation of the Committee and meetings held in the years 2015 and 2016, as well as the participant observation that during the meetings of the Committee and Territorial Plenaries in the first half of 2017. The centrality is in the political organization a Territorial Committee and the recognition that the spaces of discussions in the Territories are potent channels for the promotion of ethical-political-philosophical and emancipatory processes for the expansion of talks aimed at overcoming gender inequalities, with a view to producing contributions for training and more participation of women in the spaces of discussions aimed at the political instrumentation and social inclusion of rural women.

Keywords: Rural Women, Family Farming, Social Organization.

1 Introdução

Ao longo da história, a mulher sempre fortaleceu um papel importante junto a sua família especialmente na educação dos filhos e junto aos afazeres do campo. Posteriormente, com o processo de industrialização, a mulher começou a trabalhar em fábricas com jornada de trabalho exaustivas e com uma precária remuneração que era

inferior aos homens que ali trabalhavam. Até recentemente na história, a mulher não tinha seus direitos garantidos, tão pouco uma política que priorizasse pelos seus direitos. A luta das mulheres rumo à garantia e conquista de seus direitos, seja econômico, sociais e políticos, vêm potencializando suas reivindicações que muitas vezes acabam dissolvidas dentro das secretarias de políticas públicas, sem garantir a validação de sua luta para com seus direitos.

As políticas públicas para as mulheres rurais perfazem o percurso das ações para reverter às desigualdades entre mulheres e homens, entre campo e cidade. As mulheres que vivem no campo têm uma longa trajetória de luta e organização em movimentos autônomos, através de sindicatos, cooperativas, associações ou até mesmo em organizações não formais. Conforme Hora e Butto (2014) foram criadas e fortalecidas estruturas de governo voltadas às políticas para as mulheres, como a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais (DPMR) que pertencia ao extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que combinava iniciativas desde a esfera governamental com respostas a demandas dos movimentos sociais.

Neste contexto, este artigo é resultante de intervenções feitas pela equipe do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (NEDET - CHAMADA CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014 - NÚCLEOS DE EXTENSÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL). Tal projeto teve como principal objetivo a implantação do NEDET como apoio e assessoria ao Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Território da Cidadania Noroeste Colonial, localizado na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

De acordo com informações do extinto MDA/SDT, o Território da Cidadania do Noroeste Colonial, no Estado do Rio Grande do Sul, abrange uma área de 13.334,30 quilômetros quadrados e é composto por 34 (trinta e quatro) municípios: Ajuricaba, Augusto Pestana, Barra do Guarita, Boa Vista do Cadeado, Bom Progresso, Bozano, Braga, Campo Novo, Catuipe, Chiapeta, Condor, Coronel Barros, Coronel Bicaco,



Crissiumal, Cruz Alta, Derrubadas, Esperança do Sul, Humaitá, Inhacorá, Ijuí, Jóia, Miraguaí, Nova Ramada, Panambi, Pejuçara, Redentora, Santo Augusto, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova, Tenente Portela, Tiradentes do Sul, Três Passos e Vista Gaúcha.

O NEDET Noroeste Colonial iniciou suas atividades em dezembro de 2014, com a atribuição de identificar e produzir dados, informações, conhecimentos, bem como a difusão de métodos e tecnologias sociais, como instrumentos de monitoramento, avaliação e assessoria ao Colegiado do Território da Cidadania – Noroeste Colonial -, no acompanhamento das ações de desenvolvimento territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, nos municípios citados anteriormente.

De acordo com a Chamada CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014, a atuação do NEDET objetivou contribuir para a consolidação da abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural, com especial atenção à superação das desigualdades de renda e gênero, por meio da articulação institucional e operacional de Universidades Públicas Federais e Estaduais, Institutos Federais de Educação Tecnológica, das instâncias de gestão social dos Territórios Rurais, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais do MDA e da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República.

Nesta perspectiva, e entendendo que o objetivo do Comitê Territorial de Mulheres em mobilizar e encaminhar as demandas apresentadas pelas mulheres rurais do território junto às suas instâncias de gestão, o presente artigo objetiva relatar a trajetória, experiências e estudos a partir da criação do Comitê Territorial de Mulheres, com enfoque para as mulheres rurais. Inicialmente, pretende-se discutir o papel da mulher neste contexto, como protagonista de construções coletivas no meio rural. No segundo item, aborda-se a política territorial como espaço de participação social. E por fim, apresentar a trajetória construída pelas mulheres rurais pertencentes ao território da Cidadania Noroeste Colonial.

2 Estrutura Teórica

2.1 O papel da mulher agricultora familiar

O meio rural, segundo Kunzler e Badalotti (2017) é um espaço em que se caracterizam ações que vão muito além das atividades de produção, onde se constitui um ambiente institucional mediado por diferenças sociais e projetos de agricultura, em que se arquitetam processos de cooperação, resistência e organização política. Para Sachs (2001), a agricultura familiar constitui-se a melhor forma de ocupação do território.

Nesse sentido destaca-se o papel da mulher na agricultura familiar, que como salienta Giuliani (1997) no cotidiano das mulheres rurais existe uma clara distinção entre os limites do lar e do trabalho, no meio das atividades domésticas e as tarefas agrícolas, entre o compromisso na educação dos filhos e da vida comunitária.

Contudo, essa realidade começa a se diferenciar por meio da luta das mulheres em geral e principalmente das mulheres do campo para a criação de políticas públicas que as posicionam em condições de igualdade de direitos. Desta forma, conquistaram-se inúmeros espaços na sociedade, atualmente, seja no meio urbano como no meio rural como nos registros rurais resultando no reconhecimento do papel da mulher na agricultura (Pastório&Roesler, 2014).

Quando se fala no papel da mulher agricultura familiar, bem como sua autonomia e tem-se êxito, segundo Freire (2010), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), onde por meio deste programa há a viabilização de créditos para as mulheres, colocando-a no setor decisivo para aplicação e resultados econômicos da agricultura, conquistando seu devido reconhecimento como trabalhador rural.

Ainda como enfatizam Pastório e Roesler (2014) a participação da mulher na agricultura, avança quanto à percepção subjetiva de seu reconhecimento, principalmente



por sua parte, que passam a se ver como conhecedoras e especialistas do processo de produção agrícola em suas propriedades rurais familiares, reconhecendo-se como sujeitos que estão nas relações de trabalho ocorridas no meio rural, em patamar de igualdade enquanto ser humano.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE,2010), as mulheres têm assumido cada vez mais a responsabilidade no grupo familiar. Nas áreas rurais, a chefia familiar feminina passou de 14,6 % para 17,7% entre 2006 e 2010 (IBGE/Censo, 2010). No entanto, o empoderamento político, através da criação de oportunidades de serem ouvidas nos espaços sociais, discutido no Fórum Econômico Mundial (2005) é uma das cinco dimensões consideradas importantes para a geração de oportunidade para as mulheres. Também, é o ponto fundamental da Assessoria de Gênero, para que se consiga alcançar os espaços almejados e a igualdade de gênero nos espaços de lutas coletivas. As outras quatro dimensões, também importantes, discutidas pelo Fórum, são: Participação econômica; Oportunidade econômica; Avanço educacional e Saúde e bem-estar.

2.2 A política territorial como fomento à participação social

A política territorial nada mais é que um modelo de gestão de políticas públicas descentralizadas e de participação voltadas para a inclusão de pessoas e lugares no projeto de desenvolvimento do país. Projeto este criado no Brasil, onde a responsabilidade pela implantação e execução da política territorial estava a cargo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (Oliveira, Watanabe, Macedo, Guaraná & Oliveira, 2016).

Grande parte da população pobre se concentra em pequenas cidades rurais brasileiras, onde o acesso a serviços e equipamentos públicos, que garantam direitos,



qualidade de vida e oportunidades de desenvolvimento sustentável é mais difícil. No Brasil, através da Política de Desenvolvimento Territorial adotada nas últimas décadas, as mulheres, indígenas, povos e comunidades tradicionais estão fortemente integrados e a participação em espaços de discussões é crescente (Oliveira et al., 2016). A participação social se qualifica perfeitamente no campo democrático da sociedade e o protagonismo social baseia-se na participação das figuras da sociedade e sua diversidade na hora de tomar decisões (Santos, Sousa, Pereira & Pessôa, 2016).

A perspectiva do desenvolvimento territorial deve cuidar a heterogeneidade dos territórios, isto é, cada território possui diversidade de atores sociais e de interesses, além de outras características próprias. Esse fato exige a necessidade de uma estratégia territorial conduzida com competências, como habilidades e coordenação, para que a participação social de todos seja garantida e que venha a serem alcançados os objetivos dessa estratégia que visa, primordialmente, a participação social de todos os atores (Ministério do Desenvolvimento Agrário [MDA], 2003).

Para isso, o investimento social torna-se decisivo para que sejam alcançadas melhores condições de vida para a população e nesse sentido é fundamental o entendimento de que o acesso aos serviços públicos básicos é requisito para que o desenvolvimento territorial se transfigure em valor tangível para as populações mais pobres. Para que haja efetividade de investimentos, torna-se necessário a cooperação entre agentes públicos e privados (MDA, 2003). Nesta análise, deve-se ter em mente que para que a participação social no desenvolvimento territorial seja eficaz, é preciso que agentes públicos e privados andem em sintonia, para que as políticas públicas sejam garantidas e colocadas em prática, pois dessa maneira consegue-se fomentar ainda mais a participação no desenvolvimento em diversas territorialidades.

Nas propostas dos projetos do MDA em relação às políticas de desenvolvimento territorial existiam assessorias que consolidavam o Território enquanto gestão coletiva de todos aqueles que o habitam: O ATGS (Assessor territorial de Gestão Social) e o ATIP



(Assessor Territorial de Inclusão Produtiva). Como diferencial e com vistas ao fortalecimento às políticas de gênero, na chamada de 2014 pelo CNPQ/MDA foi criada a assessoria do ATGE (Assessoria Territorial de Gênero) e é sobre o trabalho da ATGE que esse artigo se propõe a relatar as experiências na criação do Comitê Territorial de Mulheres.

3 Metodologia

O método de pesquisa utilizado classifica-se, como estudo de caso descritivo. De acordo com Gil (2008) estudo de caso é um tipo de pesquisa amplamente utilizada e caracteriza-se pelo estudo exaustivo e profundo de um ou mais objetos, permitindo o alto detalhamento e conhecimento, buscando analisar um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto específico.

Neste estudo, considerou-se universo o Comitê Territorial de Mulheres, pertencentes ao Território da Cidadania Noroeste Colonial, localizado na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. O Comitê foi instituído no ano de 2015, como o objetivo de fortalecer e garantir a participação das mulheres nas instâncias do colegiado territorial que abrange 34 municípios.

Para a coleta de dados, foram analisados documentos como: relatórios de reuniões do colegiado, atas das reuniões realizadas nos anos de 2015 e 2016 e, observação em duas reuniões no primeiro semestre de 2017. Os dados obtidos na análise documental e nas observações foram transcritos e analisados qualitativamente, utilizando o método da análise de conteúdo que se constitui em um conjunto de técnicas utilizadas na análise e permitem a apreciação das comunicações e fornecem informações suplementares (Bardin, 2011).

4 Análise e discussão



Primeiramente foram realizadas reuniões regionais envolvendo a sociedade civil e poder público, para identificar os grupos existentes no território e ao mesmo tempo, já eram convidadas as mulheres que gostariam de fazer parte do colegiado territorial. Também foi sendo levantados alguns dados econômicos dos grupos, ou seja, o que estão produzindo, como está a organização dessa produção, de que forma acontece o processo de gestão (compartilhada ou individual), de que forma é organizada a comercialização desses produtos e as principais vias de comercialização (direta, através de cooperativas, institucional nos programas de Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

As transformações ocorridas no país, através da gestão popular democrática na última década, demonstram que houve uma preocupação em garantir às mulheres espaço maior nas instâncias do território com a criação da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais (DPMR) do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que combinava iniciativas desde a esfera governamental com respostas a demandas dos movimentos sociais (Hora & Butto, 2014, p. 8 e 9). Esse processo de retroalimentação permitiu a criação de políticas inovadoras e sua extensão para um enorme público em nível de país.

Através dos encontros regionais de discussões e debates sobre temas contemporâneos, foi possível despertar o interesse das mulheres rurais em participar das reuniões do colegiado e passar a fazer parte das instâncias de decisões, como a equipe diretiva e técnica, como também, a participação nas câmaras temáticas, onde foram discutidas e levantadas demandas de investimentos locais e também regionais. Neste sentido, pode-se dizer que houve um crescimento significativo na participação das mulheres nas políticas de decisões nas buscas por projetos de desenvolvimento territorial. Tanto, que ao final da atuação do NEDET, com a Assessoria de Gênero, foi possível



constatar a paridade de Gênero na composição do Colegiado Territorial, sendo que a coordenadora, eleita em 2017 é uma mulher, ficando na gestão até 2019.

Foi criado um Comitê Territorial de Mulheres, com a participação de 30 (trinta) integrantes representando quase a totalidade dos municípios pertencentes ao território, um Coletivo de Mulheres Indígenas, com a participação de mais 10 (dez) mulheres indígenas que compõem a coordenação do coletivo, além do fomento a participação das mulheres em cooperativas de produção e associações. Cabe ressaltar que todas essas instâncias têm representatividade na coordenação do Colegiado.

Foi possível verificar algumas atividades, como: a primeira conferência territorial de políticas para as mulheres; primeira conferência territorial de ATER (Assistência Técnica Territorial); Encontro Regional de Gênero, Cidadania e Participação Social; Encontro Regional dos Comitês Territoriais de Mulheres, com a participação de quatro territórios; Encontro Estadual dos Comitês Territoriais de Mulheres, com a participação dos 18 territórios do Estado do Rio Grande do Sul, entre outros seminários, encontros e palestras regionalizadas, com o propósito de desenvolver estratégias para o trabalho de empoderamento de grupos de mulheres no Território.

Nesse contexto, o processo de empoderamento das mulheres é necessário para o enfrentamento das desigualdades por elas vivenciadas. Os espaços conquistados nas atividades desenvolvidas através da assessoria contribuem para a melhoria nas condições de vida e trabalho das mulheres por meio do protagonismo social e prospecta um futuro de mais reconhecimento e comprometimento da sociedade para com a igualdade de gênero.

5. Considerações Finais

A aproximação com mulheres rurais, através dos encontros de mobilização para formação dos comitês, proporcionou um canal de discussão e troca de saberes, onde se



percebeu um maior engajamento dos atores locais para com o processo, evidenciando, desta forma, o papel da Assessoria de Gênero do NEDET, como mobilizador e mediador das diferentes coletividades para a construção de um território, de um espaço vivido capaz de superar suas dificuldades onde se pode perceber o espaço vivido quando se escuta seus atores sociais, quando se considera as suas práticas, as suas representações e o imaginário local.

A criação do Comitê Territorial de Mulheres fortalece o reconhecimento de que os espaços de discussões nos Territórios são potentes canais para o fomento de processos políticos e emancipatório para a ampliação de redes de conversações em prol da superação das desigualdades de gênero, por meio de ações institucionais, do diálogo com gestores, entidades, movimentos sociais, com vistas à produção de aportes para formação e mais participação das mulheres nos espaços de discussões e canalização de políticas públicas convergentes às demandas sociais específicas, com vistas ao empoderamento das mulheres rurais.

Referências

- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. 3. Ed. Lisboa: Edições 70.
- Freire, N. (2010). Ações governamentais para os direitos das mulheres. In: Ribeiro, M. (org.). *Direitos humanos como direitos de todos, sem exceção*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Gil, A. C. (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- Giulani, P. C. (1997). Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade Brasileira. In: Del Priore, M. (Org.). *História das Mulheres no Brasil* (pp. 640-666). São Paulo: Contexto.
- FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. (2005). *Empoderamento de mulheres*. Avaliação das disparidades globais de gênero. Genebra. Recuperado de [file:///C:/Users/User/Downloads/empoderamento_mulher%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/empoderamento_mulher%20(1).pdf).



- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico*. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>.
- Oliveira, H., Watanabe, C., Macedo, S., Guaraná, E., & Oliveira, J. (2016). Artigo 29 | Política territorial e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: sem democracia não há desenvolvimento sustentável, nem esperança para os territórios rurais do Brasil. Recuperado de <http://plataformapoliticasocial.com.br/artigo-29-politica-territorial-e-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-sem-democracia-nao-ha-desenvolvimento-sustentavel-nem-esperanca-para-os-territorios-rurais-do-brasil/>.
- Kunzler, L. L., & Badalotti, R. M. (2017). Cooperação Alternativa como Estratégia de Viabilização da Agricultura Familiar: O Caso da Cooperativa Central Sabor Colonial. *Desenvolvimento em Questão*, 15(39), 320-352. Recuperado de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/45159/cooperacao-alternativa-como-estrategia-de-viabilizacao-da-agricultura-familiar--o-caso-da-cooperativa-central-sabor-colonial-i/pt-br>.
- Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2003). *Referências para o desenvolvimento territorial sustentável*. Brasília: Rural/NEAD. Recuperado de: http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc_214-28-11-2012-11-32-675117.pdf.
- Hora, N. & Butto, A. (2014). Políticas públicas para mulheres rurais no contexto dos Territórios da Cidadania. In: Butto, A., Dantas, C., Hora, K., Nobre, M. & Faria, N. (Org). *MULHERES RURAIS e Autonomia* – (pp. 14-46). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Recuperado de <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2017/07/MulheresRuraisEAutonomia.pdf>.
- Pastório, I. T., & Roesler, M. R. V. B., (2014). O PAPEL DA MULHER NO PROCESSO PRODUTIVO FAMILIAR COM SUSTENTABILIDADE. *Anais Unioeste*. Toledo, PR, Brasil, 6. Recuperado de http://cac-php.unioeste.br/eventos/Anais/servico-social/anais/TC_PAPEL_MULHER_PROCES_PRODUT_FAMILIAR_COM_SUSTENTABILIDADE.pdf.
- Sachs, I. (2001). Brasil rural: da redescoberta à invenção. *Estudos Avançados*, (15) 43, p. 75-82, set/dez.
- Santos, L. D., Sousa, D. C., Pereira, I. C. N. & Pessôa, E. C. S. (2016). GOVERNANÇA TERRITORIAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: ANÁLISE DO COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO BAIXO AMAZONAS - PARÁ. *Anais Consad*. Brasília, DF, 11. Recuperado de <http://consad.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Painel-21-02.pdf>.